

# Representação Social da Educação Ambiental e da Educação em Saúde em Universitários

*Hermes de Andrade Júnior*

*Fundação Osvaldo Cruz*

*Marcos Aguiar de Souza<sup>1</sup>*

*Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*

*Jorgelina Ines Brochier*

*Universidade Gama Filho*

## Resumo

A crescente globalização tem promovido modificações econômicas, políticas e culturais em diversos setores da atividade humana. Tal situação de interdependência tem favorecido a discussão de temas de interesse mundial, como a educação ambiental e a educação em saúde. O presente estudo teve como objetivo investigar as representações sociais da educação ambiental e da educação em saúde em 204 estudantes universitários da cidade do Rio de Janeiro, sendo 106 homens e 98 mulheres, na idade média de 26,9 anos. Os participantes preencheram um questionário com perguntas relativas a concepções pessoais sobre educação ambiental e educação em saúde. Da análise das respostas, através da técnica de análise de conteúdo, emergiram três categorias relativas à educação ambiental (concepção antropocêntrica utilitarista, concepção antropocêntrica pactuada e concepção ecocêntrica) e quatro categorias relativas a educação em saúde (saúde como ausência de doença, ênfase na saúde do corpo, saúde como equilíbrio corpo-mente e concepção ecocêntrica de saúde). As conclusões remetem ao entendimento de que meio ambiente e saúde ainda são entendidos como temas independentes, dificultando ações mais eficientes por parte da população e de entidades governamentais e não governamentais.

*Palavras-chave:* Representação social; educação ambiental; educação em saúde; meio ambiente.

## Social Representation of Environmental Education and Health Education in College Students

### Abstract

The growing globalization has been promoting economic, political and cultural modifications in several sections of the human activity. Such interdependence has been favoring the discussion of themes of global interest, as the environmental and health education. The present study aimed to investigate the social representations of the environmental education and of the health education in 204 college students of the city of Rio de Janeiro, 106 men and 98 women, with an average age of 26,9 year-old. The participants filled a questionnaire with questions on personal conceptions concerning environmental education and health education. Content analysis revealed three categories concerning environmental education (utilitarian anthropocentric conception, agreed-with anthropocentric conception and ecocentric conception) and four categories concerning health education (health as absence of disease, emphasis on body's health, health as body-mind balance and ecocentric conception of health). The conclusions suggest that environment and health are still understood as independent themes, hindering more efficient actions on the part of the population and of governmental and no governmental entities.

*Keywords:* Social representation; environmental education; health education; environment

Nas últimas décadas do século XX, as mudanças radicais em várias esferas das sociedades, reunidas sob o rótulo de globalização, despertaram o interesse tanto de especialistas quanto do cidadão comum. As discussões decorrentes parecem que não estar restritas às áreas específicas de estudo, porque o desrespeito a limitações de qualquer ordem parece ser o pressuposto básico desse conjunto de transformações que em grande velocidade e diversidade atinge e provoca campos de investigação bastante distintos. Apesar disso, observa-se uma tendência de identificar esse conjunto de fenômenos, quase que exclusivamente, como a mundialização da economia. De fato, a interdependência entre os países, neste ponto, é claramente identificada, fazendo com que

uma crise na economia de um país seja imediatamente percebida em diversas partes do mundo. Porém, a economia não se refere ao único aspecto da vida social em transformação. Em outro plano e em menor velocidade, observa-se idêntico processo em termos culturais. Observa-se um crescimento de convenções mundiais que estão a influenciar o futuro do mundo em diversos aspectos (WCED, 1987).

Neste sentido, Keohane e Nye Jr (2000) dão destaque ao globalismo social e cultural, que envolve o movimento de idéias, informações, imagens e pessoas, e que, em nível mais profundo, termina por promover modificações em outros setores e trazer novas idéias. Entre os temas que atingem interesse mundial, dois se tornam relevantes para o presente estudo: a educação ambiental e a educação em saúde.

Com base nas idéias de Leff (2001), a educação ambiental é definida como um processo no qual incorporamos critérios

<sup>1</sup> Endereço para correspondência: BR 467, Km 7, 23890 000, Seropédica, RJ.  
E-mail: hermesjr@ensp.fiocruz.br

sócio-ambientais, ecológicos, éticos e estéticos nos objetivos didáticos da educação, com o objetivo de construir novas formas de pensar incluindo a compreensão da complexidade e das emergências e inter-relações entre os diversos subsistemas que compõem a realidade. O ponto central é que a preservação/recuperação do ambiente é algo que atinge a todos (Leff, 2001). Assim, temas como o aquecimento gradual do planeta, a poluição dos oceanos, a poluição do ar, a camada de ozônio, a possibilidade de acidentes nucleares, causam ampla preocupação, independente da nacionalidade do indivíduo.

Particularmente no Brasil e exemplificado pela iniciativa de Medina e Santos (1999), constata-se um esforço tanto no sentido de promoção de discussões relativas aos temas em questão, como na elaboração de leis que sustentem a educação ambiental como condição de sensibilização da população contra o exagero do consumo, em favor de hábitos que favoreçam a saúde da coletividade e pela busca dos diagnósticos de sustentabilidade.

São amplamente reconhecidas as relações entre as modificações do ambiente e suas influências na saúde da coletividade. O enfoque ecossistêmico sobre o meio ambiente que abrangem desde os ecossistemas naturais que sofreram influências humanas mínimas até os ecossistemas intensamente manejados pelo homem, proporcionam um arcabouço conceitual adequado para a epidemiologia ambiental aplicada ao estudo das mudanças globais (Rapport & cols., 1999).

Em relação à educação em saúde, podemos considerar que vivemos numa época em que a qualidade de vida está em voga, constituindo um tema que assume proporções mundiais. Ao falarmos de saúde, buscamos uma compreensão ampla do que seja “ser saudável”. Cabe ressaltar que a questão da qualidade de vida nos remete de maneira fundamental a uma articulação entre condições 1) objetivas, como esperança de vida ao nascer, alfabetização e renda; e 2) subjetivas, como avaliação do estado de saúde, valorização do conhecimento formal e informal, satisfação com os serviços, recursos e redes sociais de apoio (Uchoa, Rozemberg & Porto, 2000). É neste ponto que surge uma união entre dois temas: a educação ambiental é na verdade uma das vertentes da educação em saúde, motivo pelo qual vêm sendo cada vez mais objeto de preocupação por parte de entidades governamentais e não-governamentais em diversas partes do mundo. Principalmente a partir da última década, foram desenvolvidos diversos programas visando proporcionar conhecimento teórico acerca de tais questões, com o objetivo principal de favorecer o engajamento de toda a sociedade num esforço conjunto de desenvolvimento de condutas que visem favorecer a saúde e o ambiente (UNESCO; PNUMA, citados em Leff, 2001).

Na visão de educação ambiental, consideramos a congruência desse modelo integrativo com aspectos da

educação em saúde. Tal conclusão parece óbvia ao se constatar que tanto a educação ambiental como a educação em saúde tem por objetivo comum a melhoria da qualidade de vida da população de modo geral. Porém, é necessário considerar que um projeto educativo é mais do que treinamento e conhecimento de fatos. Deve ser o estímulo à busca de novas fontes e saídas ou, ainda, do resgate de valores e posições antigas e frutíferas, visando a compreensão da realidade em seus diferentes níveis, do individual ao universal (Grynszpan, 1999).

Seguindo o mesmo raciocínio, Mello e colaboradores (1998) consideram que essa relação entre educação ambiental e educação em saúde pode ser observada em discussões sobre a promoção à saúde, como a Carta de Ottawa, um produto final da I Conferência Internacional sobre políticas de saúde realizada pela Organização Mundial da Saúde, em 21 de novembro de 1986 no Canadá. No encontro foram definidos cinco pontos principais: 1) o desenvolvimento de políticas saudáveis organizadas pelo setor público; 2) o reforço à ação comunitária; 3) o desenvolvimento de habilidades pessoais; 4) a preocupação com o meio ambiente; 5) a reorientação dos serviços de saúde.

Conforme a Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, a educação ambiental é entendida como o conjunto de “processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (Artigo 1º), sendo um “componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (Artigo 2º).

O esforço normativo aponta para o surgimento de uma educação ambiental porque pressupõe o reconhecimento de que a educação tradicional não tem abordado esse enfoque de forma satisfatória. Conseqüentemente, o “ambiental” deveria constituir parte íntima da educação como um todo e não modalidade ou uma de suas dimensões, pois nessa visão aparece a retificação da questão ambiental e os questionamentos sobre a própria educação (Brügger, 1994).

Como crítica a qualquer programa inovador nessa área, a inserção de uma dimensão ambiental pode conduzir à instrumentalização do meio ambiente, representado pelos problemas ambientais como poluição, escassez de recursos naturais, comprometimento à biodiversidade, por exemplo. Assim, o pagamento de multas aplicadas aos agentes responsáveis pelo impacto ambiental figura como a grande conseqüência a ser considerada. Sendo assim, a educação ambiental deixa de representar um esforço formador e integrador para manter a velha concepção de que o desvio à conduta legalmente definida tem uma forma de ressarcimento que novamente integra o indivíduo no “mundo dos cidadãos

responsáveis”. Para ilustrar a problemática e seu significado, Brügger (1994) nos diz que:

embora a palavra *formação* seja em princípio bem mais adequada, a simples substituição de uma palavra por outra pode não significar nada<sup>2</sup>. É que embora palavras como *treinamento* se encontrem, *a priori*, fortemente associadas a uma visão de mundo instrumental, o que realmente imprime esse traço marcante é o fato de várias delas se apresentarem juntas em um mesmo contexto. Assim, é preciso analisar a relação dialética da quantidade e qualidade das palavras e não só o seu significado latente. (p. 79)

Não se pretende com esta nota chegar até o esforço semântico da lingüística que qualifica o problema que apresentamos, mas entende-se que a formação, em sua abrangência, é alinhada com a idéia de valorização da preparação pessoal ou profissional de indivíduos para serem atuantes e críticos. A própria idéia de linearidade geral da formação também deve ser evidenciada como insatisfatória, haja vista que as demandas sociais, econômicas, políticas se interligam e não são tratadas, definitivamente, nos dias de hoje, de forma estanque.

A educação em saúde, de forma geral, focaliza o encorajamento das pessoas para que adotem e mantenham padrões de vida sadios, usando de forma adequada os serviços colocados à sua disposição e tomando suas próprias decisões, no nível individual e coletivo, com vistas a aprimorar condições de saúde e de meio ambiente. Assim, para Vasconcelos (1998), a educação em saúde é o campo de prática e conhecimento do setor de saúde que tem se ocupado mais diretamente com a criação de vínculos entre a ação médica e o pensar e fazer cotidiano da população. Situação bem diferente daquela existente até a década de 1970, quando tinha como foco principal elites políticas e econômicas, sendo subordinada aos seus interesses. Voltava-se para a imposição de normas e comportamentos

considerados adequados por aquelas elites. Para os grupos populares, que conquistaram maior força política, as ações de educação em saúde foram esvaziadas em favor da expansão da assistência médica individualizada.

Ao se falar em educação, tanto em relação ao ambiente quanto em relação à saúde, há a constatação de que as medidas preventivas e inovações na forma de pesquisar devem ser enfatizadas em detrimento das medidas corretivas. Em outras palavras, existe um consenso da amplitude de tais temas, de modo que medidas desenvolvidas apenas pelos governos seriam ineficientes, à luz das orientações do CDC e OPAS. A ampla participação de todos os segmentos da sociedade se faz, assim, necessária (Navarro & cols., 2002).

Entende-se que tanto a educação ambiental como a educação em saúde são propostas interdisciplinares de construção de conhecimentos relativas à integração do homem com a natureza e em profunda interação com ecossistemas. Nestes termos, justifica-se a opção pela utilização dos eixos conceituais desenvolvidos por Eckersley (1992) nos estudos relativos à sociabilidade dos indivíduos: o do 1) antropocentrismo e o do 2) ecocentrismo. Tais estudos seguem com base na tendência de aproximação do ser humano com os ecossistemas e na forma como percebem e se mobilizam, princípios que também orientaram o presente estudo, justificando-se assim o objetivo principal de identificar como a educação ambiental e a educação em saúde estão sendo socialmente percebidas.

Eckersley estabelece que cada eixo passa a ser polarizador de movimentos ambientais conexos. O primeiro preocupa-se com a articulação da teoria política que ofereça oportunidades para a emancipação humana e para uma sociedade ecologicamente sustentável. O segundo valoriza o reconhecimento do mundo não-humano (Tabela 1).

A concepção ambiental antropocêntrica se refere ao entendimento do homem como elemento central utilizando-se da natureza para melhorar sua qualidade de vida. Assim,

Tabela 1  
Resumo da Classificação de Eckersley

Antropocentrismo	Ecocentrismo
(1) Conservadorismo	(1) Econcentrismo autopoietico
(2) Ecologia do bem-estar humano	(2) Ecocentrismo transpessoal
(3) Preservacionismo	(3) Ecofeminismo
(4) Movimento de liberação animal	

Fonte: Tavolaro (2001)

<sup>2</sup> Um exemplo de troca de treinamento por formação encontra-se no título do documento que gerou o trabalho citado de Brügger, Paula: “É estranho que essas duas palavras possam significar a mesma coisa em uma tradução, mas em sua versão de língua espanhola temos: *Estrategia Internacional de acción en materia de educación y formación ambientales para el Decenio de 1990*. Já nas versões em língua portuguesa e inglesa, onde havia a palavra *formación* aparecem as palavras *treinamento* e *training*, respectivamente (o título da versão em língua inglesa consta na própria capa do documento em versão espanhola; na revista Perfil do PNUMA, p. 33. menciona-se a tradução para a língua portuguesa)”.

o esforço deveria ser direcionado para a adoção por parte da população em geral de uma conduta racional, o suficiente para não esgotar os recursos naturais disponíveis. Essa concepção é mais facilmente criticada por ambientalistas, tendendo a ser cada vez mais repudiada também por diversos segmentos de diversas culturas por toda parte do mundo. É

interessante perceber que dizer que o homem é o elemento mais importante não se refere a uma simples retórica. A própria lei 9.795, como discutido acima, faz alusão a uma concepção antropocêntrica ambiental.

Por outro lado, a concepção ecocêntrica ambiental está baseada no entendimento de que a principal preocupação deve ser com a natureza. O homem é visto apenas como um de seus elementos e não como o mais importante. Dentro dessa concepção, a educação ambiental é entendida como o esforço de desenvolvimento de uma consciência ambiental de caráter transversal, ou seja, inserida em todas as atividades e preocupações humanas. Em síntese, pode-se dizer que para a educação ambiental dentro de uma ótica antropocêntrica a natureza deve estar a serviço do homem e, na visão ecocêntrica, deve estar acima de seus interesses.

Um exemplo claro de concepção ecocêntrica ambiental é obtido a partir das discussões de Oskamp (2000) e de Howard (2000), que constatam que a sustentabilidade futura da vida humana na Terra está sendo ameaçada devido às ações humanas que estão causando danos possivelmente irreversíveis às condições de vida no planeta. Ilustram essa preocupação com o meio ambiente, mesmo que ainda oscilando ao centralizar as preocupações em termos da vida humana ou, de uma forma mais ampla, com a natureza como um todo. Ainda que possíveis de causar polêmicas, as soluções para se evitar o que chama de desastre ecológico, seriam medidas como a redução do número de bebês por mulher e a redução drástica de terras utilizadas para fins humanos.

De todas as concepções para a educação ambiental, esta certamente é a que se mostra mais adequada para a garantia do futuro do planeta como um todo. Porém é, ao mesmo tempo, a que recebe um maior número de críticas, principalmente por parte de autoridades e governantes, sendo ainda necessário um longo percurso a ser seguido para que ela seja mais amplamente difundida e aceita num mundo que tende a priorizar as atividades econômicas em detrimentos de todas as outras.

Ao se pretender o pleno entendimento de como a educação ambiental e a educação em saúde são percebidas pelo público em geral, a necessidade de utilização da teoria da representação social é imediatamente percebida. Isto por que, em termos gerais, uma representação social é definida como o resultado de um processo psicológico socialmente baseado com a habilidade de conformar a realidade precisamente como ela está sendo experienciada por indivíduos e grupos (Ullan, 1995). Desse modo, elas se tornam reproduções mentais do mundo e dos outros. Existe, assim, uma gênese socialmente compartilhada, a partir de crenças adotadas por grupos de pessoas com o objetivo de explicar a experiência social. Porém, apesar de serem compartilhadas, as representações sociais possuem caráter dinâmico, sendo negociadas através da interação social e da conversação, bem

como modificadas ou adaptadas à medida que são incorporadas pelo indivíduo na sua concepção de mundo, funcionando como uma interface cognitiva entre a ação individual e a ideologia social (Jodelet, 1984; Vala, 1993). E, essa relação entre a forma como indivíduos e grupos pensam e a conduta social que adotam, reforça o interesse nas representações sociais.

A teoria das representações sociais busca, assim, conceitualizar tanto o poder da realidade social como a atuação dos sujeitos sociais. E, por serem um elo de ligação entre o real, o psicológico e o social são capazes de estabelecer conexões entre a vida abstrata do saber, das crenças e a vida concreta do indivíduo em seus processos de troca com os outros. Sendo assim, o estudo das representações sociais significa tentar compreender não somente o que as pessoas pensam de um objeto, cujo conteúdo possua um valor socialmente evidente e relevante, mas também como e porque o pensam daquela forma. Nesta perspectiva, emerge, de forma nítida, o papel do significado dos processos de simbolização e da atividade cognitiva em relação ao sentido que o mundo externo assume ao nível da vida psíquica (Roazzi, Frederecci & Wilson, 2001).

Considerando o conhecimento existente numa sociedade, podemos identificar duas fontes ou universos: 1) o universo reificado, voltado para o conhecimento científico, o qual dita a forma como diferentes objetos devem ser entendidos pela sociedade em geral; e 2) o universo consensual, voltado para o senso comum, o qual se refere à forma pela qual os objetos definidos pelo universo reificado são incorporados ao conhecimento já existentes em indivíduos e grupos na sociedade (Bangerter, 1995).

O conhecimento do universo consensual, ou seja, as representações sociais, são desenvolvidas a partir de dois fenômenos: ancoragem e objetivação. A ancoragem se refere à inserção do objeto da representação em um marco de referência pré-existente. Dito de outro modo, a ancoragem permite incluir um conhecimento novo a um conjunto de conhecimentos já constituído. Como o próprio termo parece indicar, a ancoragem desempenha o papel de ligar um conhecimento novo (e portanto estranho) ao conhecimento já existente (familiar). A objetivação, por sua vez, é definida como a concretização do abstrato. Sentimentos como amor, tristeza e medo são tratados pelo senso comum como se fossem coisas concretas. Surge uma visão natural, socialmente aceita e constantemente reproduzida, visando delimitar aspectos que, na realidade são invisíveis. A objetivação tem, assim, uma função de permitir a um grupo melhor compartilhar a realidade em que vivem seus membros (Abric, 1996; Moscovici, 1984).

Bergman (1998) aponta uma espécie de círculo vicioso em relação às representações sociais. Estas emergem da interação de valores, idéias e práticas, no momento em que

os indivíduos buscam compreender o ambiente físico e social no qual estão inseridos e, ao mesmo tempo, podem ser entendidas como sistemas que dão origem a esses mesmos valores, idéias e práticas. Torna-se, assim, impossível a tarefa de determinar se as representações sociais são causas ou conseqüências de valores, idéias e práticas.

Obviamente, as idéias que são mais discutidas no universo consensual constituem tópicos de interesse da sociedade. Assim, as representações sociais se tornam mais aparentes em tempos de mudanças sociais, com fenômenos que mobilizam a opinião do cidadão comum, como a AIDS, as diferenças entre homens e mulheres, as doenças mentais, entre outros (Moscovici, 1984).

Uma das grandes questões em relação às representações sociais da educação ambiental e da educação em saúde é a obtenção de algo que a própria educação não conseguiu: estabelecer uma linguagem única, um entendimento consensual da realidade e, em última análise, uma conduta social mais favorável para a sobrevivência do planeta e a promoção da saúde coletiva.

Nesse sentido, o presente estudo teve por objetivo a identificação da representação social da educação ambiental e da educação em saúde em estudantes universitários, considerando que este segmento tem mais acesso teórico às discussões mais aprofundadas sobre questões relacionadas ao ambiente e à saúde.

Este estudo foi elaborado na crença de que todos os esforços no sentido de desenvolvimento de leis e ações que visem a condutas ambientais pertinentes podem ser infrutíferos, caso o objetivo maior de sensibilização seja dificultado ou mesmo impossibilitado pela desconsideração da forma pela qual tais temas são concebidos por diferentes grupos na sociedade.

## Método

### Participantes

Participaram do presente estudo 204 estudantes universitários de ambos os sexos, de diversos cursos de duas universidades públicas e duas universidades particulares da cidade do Rio de Janeiro, sendo 106 homens e 98 mulheres, na idade média de 26,9 anos. Não foi realizado nenhum controle no que se refere ao período do curso dos participantes.

### Instrumento

Foi utilizado um questionário com perguntas abertas, solicitando-se aos participantes que definissem suas opiniões pessoais acerca da educação ambiental (em sua opinião, o que é educação ambiental?) e da educação em saúde (como você define a educação em saúde?).

### Procedimentos

O questionário foi entregue de forma coletiva em sala de aula, contando com o auxílio do professor e com o consentimento da direção de cada curso, sendo seu preenchimento de caráter voluntário.

### Resultados

As definições apresentadas de educação ambiental foram analisadas através da técnica de análise do conteúdo (Bardin, 1977), sendo codificadas inicialmente nas duas categorias propostas por Eckersley (1992): concepção antropocêntrica e concepção ecocêntrica. Entretanto, uma nova categoria emergiu a partir dos dados: a concepção antropocêntrica pactuada, a qual se refere uma concepção de educação ambiental que se situa entre a concepção antropocêntrica e a concepção ecocêntrica.

Na concepção antropocêntrica pactuada, o homem é ainda visto como o elemento central dentro de um sistema, mas seus objetivos tendem a, na medida do possível, ser harmonizados com a natureza. Assim, o prejuízo ao ambiente é justificado quando existe algum tipo de benefício para o ser humano. É, por exemplo, a lógica que permite o alagamento de uma região para a construção de hidrelétricas. Quando viável, são envidados esforços para o desenvolvimento de ações que visem a diminuição dos prejuízos à natureza. A crítica a esta concepção é mais difícil por dois motivos: 1) já demonstra o indício de uma preocupação com a natureza, servindo de justificativa contra o argumento de descaso para com o ambiente; e 2) tem como pressuposto principal a melhoria da qualidade de vida do ser humano, ainda que de uma forma apenas imediata.

A educação ambiental, dentro dessa concepção é entendida como esforço para que o homem busque formas de desenvolvimento que sejam compatíveis com a natureza, promovendo o menor impacto ambiental possível. Entretanto pode-se considerar que houve progresso: a concepção antropocêntrica pactuada já representa um grande avanço para uma consciência de maior base ambiental, mesmo que ainda deficiente por dar lugar de prestígio ao ser humano.

O objetivo, então, foi o estudo exploratório da forma pela qual as categorias propostas por Eckersley (1992), acrescidas da concepção antropocêntrica pactuada estavam distribuídas na amostra considerada no presente estudo. Os resultados obtidos evidenciaram uma predominância da concepção antropocêntrica pactuada (48%), seguida pela concepção antropocêntrica utilitarista (32%) e com menor incidência a concepção ecocêntrica (11%). A análise dos dados, com a utilização do teste qui-quadrado, revelou resultados significativamente diferentes ( $\chi^2=46,185; p=0,000$ ).

Tanto em relação à educação ambiental quanto à educação em saúde, as categorias abaixo de 8% não foram consideradas no estudo (Tabela 2).

Tabela 2

*Frequência e Porcentagem de Respostas relativas à Representação Social da Educação Ambiental*

Categories	Exemplos de respostas	F	%
Concepção antropocêntrica utilitarista	- É uma forma de tratar a natureza, já que tudo o que está aí, é para o nosso benefício; - Aprender para que servem os animais e a natureza como um todo; - É um tipo de educação que ensina como poder desfrutar o que a natureza nos pode proporcionar	97	48
Concepção antropocêntrica pactuada	- É saber o que é possível extrair sem prejudicá-la (natureza) - Preservar o ambiente e passar para outros a necessidade de cuidarmos do ambiente onde nós mesmos usufruímos; - Se não conservarmos o meio ambiente, não poderemos desfrutar dele	65	32
Concepção ecocêntrica	- Postura que se tem diante do ambiente no qual se está inserido. Está relacionada à questão ética da vida; - Educação que visa discutir questões relacionadas não apenas à ecologia (natureza, ambiente) mas também que amplia essas questões para o relacionamento entre as pessoas	22	11

No que se refere à educação em *saúde*, da mesma forma, as respostas foram analisadas e classificadas em quatro categorias principais: 1) saúde como ausência de doença (43%); 2) ênfase na saúde do corpo (22%); 3) saúde como equilíbrio corpo-mente (16%); e 4) concepção ecocêntrica de saúde (8%). A utilização do teste qui-quadrado revelou a existência de uma distribuição proporcional das categorias estudadas na amostra do presente estudo ( $\chi^2=62,264$ ;  $p=0,000$ ).

**Discussão**

Em relação à educação ambiental, a predominância de representações da educação ambiental como antropocêntrica pactuada indica que, apesar de seu entendimento ainda estar deficiente, existe um progresso no que se refere à relação homem x natureza. Esta já não é mais vista apenas como algo que está a serviço do homem e que tem a única finalidade de proporcionar a solução para suas necessidades (Tabela 3).

Tabela 3

*Frequência e Porcentagem de Respostas relativas à Concepção de Educação em Saúde*

Categories	Exemplos de Respostas	F	%
Saúde como ausência de doença	É ensinar a prevenção da saúde. Como se evitar as doenças. É poder educar para que faça um trabalho sobre a prevenção da doença. Pessoas saudias com mais vitalidade e melhor rendimento	88	43
Ênfase na saúde do corpo	É saber se cuidar do corpo para ter uma vida saudável Ensinar sobre o corpo humano e seu funcionamento. Uma postura de atenção e cuidado em relação às necessidades do nosso corpo. Ter um corpo saudável para ser uma pessoa produtiva	45	22
Saúde como equilíbrio corpo-mente	Manter corpo e mente equilibrados. Corpo sadio, mente sadia, cuidar do corpo e da mente. Conhecer potencialidades e limites do corpo e da mente para chegar ao equilíbrio.	33	16
Concepção ecocêntrica de saúde	Conscientização sobre fatores, relações e implicações, a fim de formar cidadãos voltados para uma preocupação que envolve sua saúde como um todo (inclusive a saúde do planeta) e não apenas em relação ao que lhe ocorre internamente. É agir de maneira mais adequada e íntegra possível com o bem estar do planeta, promovendo o bem estar de toda a sociedade Seria a busca do equilíbrio do indivíduo em todos os seus setores o que favoreceria no equilíbrio do ambiente	16	8

O progresso é pouco, considerando o que seria desejável em termos de preocupação ambiental, mas já se distancia da visão antropocêntrica utilitarista, na qual, além do homem ser visto como elemento principal da natureza, a preservação do ambiente é defendida pelo simples fato de significar a manutenção da fonte de benefícios para a humanidade.

Em relação à educação em saúde, o entendimento da saúde como ausência de doença e como saúde do corpo, que apresentam as maiores percentagens, parece estar relacionado aos fenômenos identificados atualmente em nossa sociedade de crise informacional e institucional (Leff, 2001), evidenciando que a saúde ainda é entendida de forma imediatista, o que pode indicar a dificuldade de comportamentos preventivos por parte da população. Tal concepção parece estar relacionada ao crescimento dos planos de saúde, diante da constatação de que o sistema de saúde pública está cada vez mais ineficiente, sendo incapaz de proporcionar um atendimento efetivo à população. A discussão acerca de escândalos envolvendo a venda de remédios falsificados e a utilização de genéricos como forma de permitir um maior acesso da população a remédios, por vezes de uso crônico, constitui um bom exemplo de favoráveis iniciativas de incremento na taxa de representação social da educação em saúde relacionada à cura e não à prevenção.

A ênfase na saúde do corpo reduz o conceito de saúde à estética corporal. De acordo com Soares (1997), as origens dos motivos para as condutas sociais em relação ao corpo, às atividades corporais e ao esporte, muitas vezes estão relacionadas a uma industrialização das aparências físicas.

Esse modelo tem sido apoiado pela mídia de uma maneira geral. Em programas de televisão observa-se a existência quase que exclusiva de atores dentro ou abaixo do peso ideal. Esse verdadeiro culto ao corpo está em sintonia com os valores da sociedade ocidental, que valoriza o jovem e o belo, definindo padrões que por vezes contrariam vários parâmetros de saúde. Para ilustrar a idéia, verifica-se que o ideal de peso para os modelos de estética física que fazem sucesso está abaixo do que é considerado como saudável por órgãos como a Organização Mundial de Saúde. Existe, assim, uma crescente indústria em torno da beleza corporal, circulando sob o rótulo de saúde do corpo, tornando a obesidade uma das maiores fontes de preconceito em nossa sociedade (Soares, 1997).

### Conclusões

No presente estudo, sustenta-se uma clara defesa da consideração da educação ambiental e da educação em saúde, a partir de uma visão ecocêntrica. Em geral, o comportamento das organizações sociais e dos indivíduos, normalmente,

não alcança os seus parâmetros, “baseados na preocupação com a proteção das populações, espécies, *habitats* e ecossistemas ameaçados, onde quer que estejam situados e sem que se considere seu valor de uso ou importância para os humanos” (Eckersley, 1992, p. 46), o que nos leva a propor esforços ainda maiores de sensibilização ambiental.

A relação entre educação ambiental e educação em saúde deve ser alvo de esforços por parte de entidades governamentais e não-governamentais que visem ações educativas formais e informais relativas a tais temas. O entendimento da relação necessária existente entre ambiente e saúde favoreceria a visão ecocêntrica em relação ao ambiente e uma ótica mais ampla em questões de saúde coletiva. Em outras palavras, os esforços deveriam ser direcionados no sentido de que seja compreendido que a educação ambiental é, de fato, uma sub-área da educação em saúde.

Um outro aspecto de interesse, tanto em relação à educação ambiental quanto em relação à educação em saúde, devem ser envidados esforços para que os programas desenvolvidos visem a educação e não o simples treinamento, tal como proposto por Grynszpan (1999) e identificado por Brügger (1994). Não acreditamos que o simples fornecimento de informações acerca do meio ambiente e da saúde seja suficiente. A informação, sem o apoio e a crença de que o esforço vem sendo desenvolvido de forma conjunta pelo governo e pela sociedade, torna-se pouco influente no sentido de favorecer a ação. É necessário o favorecimento da dimensão social transformadora e questionadora, visando o desenvolvimento individual e coletivo, na solidariedade e ajuda mútua, destacando a participação e o controle social como fundamentais para implementar e consolidar as ações (Mello & cols., 1998; Oliveira, 1998),

É possível constatar que o ambiente e a saúde vêm sendo vítimas dessas divisões. Inicialmente pela forma dissociada que tais temas são tratados tanto pela população, como por entidades governamentais e não-governamentais. As ações em cada setor, quando existentes, parecem atender um caráter específico, sendo selecionado por cada indivíduo o que é considerado importante. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que alguns defendem a limpeza das praias e rios, pouco se importam com a limpeza urbana. A defesa da preservação de algumas espécies animais, por exemplo, são entendidas por muitos como a garantia de que as próximas gerações possam ver animais vistos por seus ancestrais.

As evidências obtidas a partir da análise dos dados do presente estudo sugerem que aos esforços para diminuição do ritmo de uso desenfreado dos recursos naturais, devem ser somados os investimentos em estudos e programas na orientação da defesa e preservação ambientais que tenham

como base uma informação mais ampla, promovendo o desenvolvimento de representações sobre o ambiente e sobre a educação ambiental que favoreçam o surgimento de concepções ecocêntricas.

Em relação à educação em saúde, devem ser consideradas críticas como as de Merchán-Hamann (1999) apontando que as ações desenvolvidas principalmente em relação à educação em saúde têm sido caracterizadas pela intervenção comportamental, ou seja, pelo objetivo de que a sociedade se comporte desta ou daquela maneira, desprezando o caráter multifacetado do comportamento, o qual é influenciado de forma complexa e interdependente, por valores, percepções, sentimentos, representações e relações de poder. As ações mais amplas, seguindo esse raciocínio, só poderiam ser obtidas diante de esforços contínuos e diversificados, buscando englobar todos os comportamentos relacionados à saúde e ao ambiente.

## Referências

- Abric, J. (1996). Specific processes of social representations. *Papers on Social Representations*, 5, 77-80.
- Bangerter, A. (1995). Rethinking the relation between science and common sense: A comment on the current state of social representation theory. *Papers on Social Representations*, 4, 1-18.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bergman, M. M. (1998). Social representations as the mother of all behavioral predispositions? The relations between social representations, attitudes, and values. *Papers on Social Representations*, 7(1-2), 77-83.
- Brügger, P. (1994). *Educação ou adestramento ambiental?* Santa Catarina: Letras Contemporâneas.
- Eckersley, R. (1992). *Environmentalism and political theory: Toward an ecocentric approach*. Albany: State University of New York Press.
- Grynszpan, D. (1999). Educação em saúde e educação ambiental: Uma experiência integradora. *Cadernos de Saúde Pública*, 15, 133-138.
- Howard, G. S. (2000). Adapting human lifestyles for the 21st century. *American Psychologist*, 55, 509-515.
- Jodelet, D. (1984). Représentation sociale: Phénomènes, concept et théorie. Em S. Moscovici (Org.), *Psychologie Sociale* (pp. 357-378). Paris: Presses Universitaires de France.
- Keohane, R. O. & Nye Jr, J. S. (2000). Globalization: What's new? What's not? (And so what?). *Foreign Policy*, 118(Spring), 104-119.
- Leff, E. (2001). *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez.
- Medina, N. M. & Santos, E. (1999). *Educação Ambiental: Uma metodologia participativa de formação*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Mello, D. A., Rouquayrol, M. Z., Araújo, D., Amadei, M., Souza, J., Bento, L. F., Gondin, J. & Merchán-Hamann, E. (1999). Os ensinamentos da educação para a saúde na prevenção de HIV-Aids: Subsídios teóricos para a construção de uma práxis integral. *Cadernos de Saúde Pública*, 15(2), 85-92.
- Moscovici, S. (1984). The phenomenon of Social Representations. Em R. Farr & S. Moscovici (Orgs.), *Social representations* (pp. 18-54). Cambridge: Cambridge University Press.
- Navarro, M. B. M., Filgueiras, A. L. L., Coelho, H., Asensi, M. D., Lemos, E., Sidoni, M., Soares, M. S. C. & Oliveira, T. A. (2002). Doenças emergentes e reemergentes, saúde e ambiente. Em *Anais do II Seminário Nacional de Saúde e Ambiente*, Rio de Janeiro, 51-57.
- Oliveira, R. M. (1998) A dengue no Rio de Janeiro: Repensando a participação popular em saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 14(2), 69-78.
- Oskamp, S. (2000). A Sustainable future for humanity? How can psychology help? *American Psychologist*, 55, 496-508.
- Rapport, D. J., Böhm, G., Buckingham, D., Cairns, Jr., Constanza, R., Karr, J.R., de Kruijf, H. A. M., Levins, R., McMichael, A. J., Nielson, N. O & Whitford, W. G. (1999). Ecosystem health: The concept, the ISEAH, and the important task ahead. *Ecosystem Health*, 5(2), 82-90.
- Roazzi, A., Frederecci, F. C. B. & Wilson, M. A. (2001). Estrutura primitiva da representação social do medo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14, 57-72.
- Soares, A. J. G. (1997). Velhos esportistas: Utilidade e estética. *Motus Corporis*, 4(2), 102-120.
- Tavolaro, S. B. F. (2001). *Movimento ambientalista e modernidade: Sociabilidade, risco e moral*. São Paulo: Annablume/FAPESP.
- Uchoa, E., Rozemberg, B. & Porto, M. S. F. (2000). Entre a fragmentação e a integração: Saúde e qualidade de vida de grupos populacionais específicos. Em *Anais, I Seminário Nacional de Saúde e Ambiente no Processo de Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, pp. 15-26.
- Ullan, A. M. (1995). Art and reality: The construction of meaning. *Papers on Social Representations: Threads of discussion*, 4(2), 1-14.
- Vala, J. (1993). Representações sociais – uma psicologia social do pensamento social. Em J. Vala & M. B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia social* (pp. 351-384). Rio de Janeiro: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vasconcelos, E. M. (1998). Educação popular como instrumento de reorientação das estratégias de controle das doenças infecciosas e parasitárias. *Cadernos de Saúde Pública*, 14(2), 39-57.
- WCED (1987). *Our common future*. Report by the World Commission on Environmental and Development. New York: Oxford University Press.

Recebido: 22/10/2002

1ª Revisão: 06/03/2003

Última Revisão: 25/06/2003

Aceite Final: 01/07/2003

Sobre os autores

**Hermes de Andrade Júnior** é Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz – Rio de Janeiro - RJ.

**Marcos Aguiar de Souza** é Professor do Departamento de Psicologia do Instituto de Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Doutor em Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**Jorgelina Inês Brochier** é Mestre em Psicologia. Professora do Curso de Psicologia da Universidade Gama Filho.